



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

**ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE
DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)**

Data: 19 e 20 de maio de 2014.

Local: FUNDACENTRO – Rua Cândido Ramos nº 30 Edifício Chamonix - Vitória (ES)

Participantes: Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Soraya Silveira (MTE/SRTE/PE), Antonio Carlos Garcia Junior (FUNDACENTRO/ES), Álvaro Diniz de Carvalho (DPC), Armando Ribeiro Moreira (MT), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC), João Carlos Matar (CNT), Angelo Rostolato Soares (CNI), Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA); Tatiana Oliveira (ABRATEC); William Cady Jr. (FENOP); Sérgio M. Gianetto (FNP); Elisângela Pereira Lopes (CNA); José Adilson Pereira (CONTTMAF); José Carlos Patitucci Leitão (CNC); Robson Wilson dos Santos (FNE)

Registramos que a reunião foi realizada em dois dias, sendo que no primeiro, dia 19, foi o Workshop sobre trabalho em altura na atividade portuária, fruto de convênio entre o Brasil e a União Européia sobre as questões de segurança no trabalho em altura, onde houve a participação de dois consultores da NR-35, Sr. Aguinaldo Bizzo (Brasil) e Sr. Luiz Alves Dias (União Européia), além do AFT Sr. Lumbreira. No dia 20/05/14, ocorreu a reunião ordinária da CPNP

Dia 19 de maio: 9:00 h às 17:30 h - Workshop sobre trabalho em altura na atividade portuária

Feita a abertura por Antonio Carlos Garcia, representante FUNDACENTRO. Em seguida, Rosângela Mendes Ribeiro Silva, representante TEM, ressalta a importância dessa discussão e apresenta os dois consultores da NR-35, o representante nacional, Sr. Aguinaldo Bizzo, e o da União Européia, Sr. Luiz Alves Dias. Foram apresentadas seis palestras com nossas práticas, soluções e dificuldades da atividade portuária em relação ao trabalho em altura.

1ª palestra: APM Terminais Itajaí (SC)

Apresentada pelos Srs. Gustavo e Joel. Para trabalhos em altura apresentaram o uso de Safety Cage para contêineres, plataforma elevatória para reefers, guarda-corpo móvel para trabalhos em cima de contêineres (ainda em estudo), lift-point como ponto de ancoragem na carga de projeto, Overheight Frame para cargas em contêineres abertos, entre outros. Acrescentaram que realizam inspeção prévia na embarcação antes de iniciar os serviços (Vessel Inspection) para identificar locais com risco de quedas, ressaltando da importância da análise de risco da NR-29 integrada com a NR-35. Como dificuldade encontrada

relataram sobre a resistência do trabalhador avulso que reivindica velocidade nas operações e também a própria cultura dos trabalhadores mais antigos.

2ª palestra: OGMO-Imbituba (SC)

Foi apresentada pelo Sr. João Batista. Citou, como uma das dificuldades para aplicação da norma a resistência dos trabalhadores avulsos em usar corretamente os EPIs e os procedimentos exigidos pela NR-35. Cita também a falta de recursos do OGMO como dificuldade de atender os treinamentos exigidos na norma. Sugere que na renovação da autorização dos operadores portuários deveria ser exigida comprovação de que os mesmos possuísem os equipamentos de proteção coletiva (EPC) necessários tais como gaiolas, plataformas de apoio, dispositivos de ancoragem, etc. Em uso local destaca a gaiola adaptada para trabalhos em altura com contêineres. Comenta que as escadas de acesso ao porão são na maioria inadequadas, dificultando muito o cumprimento da norma.

Após esta apresentação, o AFT Sr. Lumberras, coordenador do grupo da NR-35, recapitula a necessidade de aplicabilidade da NR-35 na atividade portuária e comenta sobre o trabalho de cooperação com a União Européia focado para trabalho em altura e da presença dos dois peritos que analisarão as experiências européias com as práticas brasileiras e após análise será elaborado um guia de boas práticas para orientação do cumprimento da NR-35. Durante o Congresso Nacional Portuário e Aquaviário, as idéias consolidadas serão discutidas e logo depois, finalizado o documento.

3ª palestra: Diversidade das operações portuárias e a aplicação da NR-35- OGMO (Santos)

Foi apresentada pelo Eng. Ricardo Carvalhal. Na sua fala elenca como sendo uma dificuldade de implantação da NR-35 a questão dos acessos: às embarcações, aos equipamentos de guindar, porões, vagões, pás eólicas, carga geral, etc. Cita também como dificuldade uma definição mais clara sobre de quem é a responsabilidade da Análise Preliminar de Riscos, da elaboração dos procedimentos, do fornecimento de EPIs específicos, da colocação dos dispositivos de ancoragem, etc. Outro ponto relevante é a aptidão de trabalho em altura nos ASOs e como considerar as doenças restritivas.

4ª palestra: OGMOSA (portos de Salvador e Aratu)

Foi apresentada pelo Sr. Cleidson Santana (líder do SESSTP). Fez uma apresentação geral do entrelaçamento da NR-29 e NR-35 e os entraves da aplicação da NR-35 nos portos.

5ª palestra: Trabalho em altura e operações portuárias – Dificuldades - ABRATEC

Apresentada pela Eng. Tatiana de Araújo. Elenca em sua palestra como os terminais de contêineres estão aplicando a NR 35, destacando, para destravamento de contêineres, o uso de gaiolas com braços articulados para execução dos trabalhos sobre os containeres e fora das gaiolas e o uso de gaiolas sem braços articulados quando os trabalhos são realizados de dentro das gaiolas. Sugere que na NR-29 deveria constar a necessidade de redundância de travamento para impedir a queda da gaiola ao transportar pessoas. Outro dispositivo utilizado é a plataforma vertical sem uso do varão. Quanto ao acesso às passarelas de trabalho e às bocas de porão deveria ser usado guarda-corpo ou linha de vida temporária, no entanto o tempo destinado a operação dificulta tais procedimentos. Outra dificuldade levantada se deve ao uso do spreader manual, pois, dependendo das características da carga faz-se necessário um prolongador de spreader (overheight frame). Para carga de blocos de granito encontra-se em estudo o uso de plataformas de borrachas.

Para acesso aos equipamentos, as escadas estão sendo substituídas por escadas fixas com descansos intercalados e nos postes de iluminação estão sendo instaladas linhas de vida fixas. Nos serviços de manutenção e reparos usam-se: plataforma vertical telescópica, andaimes ou linhas de vida móvel, conforme o caso. Na vistoria e monitoramento de contêiner reefer usa-se plataforma elevatória telescópica ou plataformas fixas.

Após apresentação o Sr. Mário Mendonça, representante do Syndarma, sugere que deveríamos conhecer como tais trabalhos são desenvolvidos em portos fora do Brasil e que algumas soluções poderiam ser definidas a nível internacional. O AFT Lumbreras, MTE, e o perito europeu explicam que este é o objetivo deste trabalho de cooperação internacional. Rosângela Mendes R. Silva, representante do MTE, chama atenção sobre a quem caberia emitir a autorização dos trabalhadores avulsos para operações desenvolvidas em altura, se ao OGMO, responsável pela gestão do trabalhador ou o operador portuário, responsável pelo risco da atividade. O Sr. Lumbreras explica que alguns itens podem ser definidos através de Nota Técnica cujo objetivo é interpretar conflitos na aplicação da norma.

6ª palestra: Operações Portuárias no Espírito Santo – NR-35

Foi apresentada pelo OGMO-Vitória, Sra. Mariana Ribeiro (engenheira de segurança). Dentre as dificuldades citadas destacam-se: navios não são específicos para a carga transportada, dinamismo da carga que se modifica a todo instante. O Sr. José Adilson, representante da bancada dos trabalhadores e presidente do Sindicato da estiva no ES, acrescenta que para aplicação das exigências da norma aumentaria o tempo de operação e que a alternativa seria se investir em tecnologia. No encerramento das apresentações, O Sr. Lumbrera explica que em julho e agosto os consultores estão disponíveis para visitas aos portos aqui do Brasil, e que depois irão a Europa para conhecer a realidade em portos estrangeiros e que por fim em outubro, durante o Congresso, serão apresentadas as sugestões. O Sr. Antonio Carlos Garcia, FUNDACENTRO, incentiva a participação de todos no congresso a se realizar em Itajaí em outubro 2014.

Dia 20/05/2014 - Reunião Ordinária da CPNP

Após a conferência de quorum foi aberta a reunião pela coordenadora atual, Rosângela Mendes Ribeiro Silva, representante do MTE, que, após conferência de quorum, dá início à reunião. Inicialmente, informa sobre a mudança na representação da FNP e discorre sobre as pendências da reunião anterior. Em relação a limpeza de tanques, o próprio MTE que havia levantado essa questão, decidiu manter a forma atual. Quanto ao armazenamento de explosivos, o MTE ficou de convidar representante do Exército através da SIT, o que foi feito, mas não houve resposta. A Sra. Rosângela explica que as modificações da NR-29 aprovadas em 2013 já estão no jurídico, já tendo sido aprovadas na reunião da CTPP. O representante da FENOP pergunta se não há possibilidade de ser incluído como membro da reunião. Cita, como exemplo da necessidade de sua representação participar, o item sobre “aguardo de serviços” que interfere diretamente sobre os terminais e que seus representantes não participaram das discussões. Sra. Rosângela explica que será discutido nessa reunião alterações no Regimento Interno e que na ocasião poderia se retornar ao assunto.

Itens 1 e 2 - Leitura e aprovação da ata da 29ª RO da CPNP – Rio de Janeiro e da ata da 5ª RE da CPNP – Santos

A Sra Rosângela esclarece que as atas foram encaminhadas a todos os presentes, não tendo tido registros de alterações, porém entende que o ideal é ser lida para ratificação e/ou retificações, se ainda houver. Dessa forma, foi colocado em pauta a necessidade de ler a ata anterior, foi decidido que a leitura seria realizada, e após algumas correções em sua maioria na complementação dos nomes dos presentes, ambas as atas foram aprovadas.

3. Proposta de modificação “Cargas Perigosas – Explosivos” – FNP

O representante atual da FNP, Sérgio Magalhães Gianneto, pede que seja mantida a pauta para a próxima reunião, pois irá conversar com o representante anterior, Sr. Guanito Prado. Rosângela explica que foi sugerida pelo representante anterior a presença do Exército para participar das discussões e considerando que não estão presentes, entende que o assunto fica prejudicado. Antonio Carlos Garcia, representante da FUNDACENTRO, explica que a carga perigosa, classe I, pela NR atual, não pode ser armazenada no porto, mas o Sr. Guanito Prado havia colocado em reuniões anteriores a necessidade de armazenar tal carga quando autorizada pelo Exército. E ainda, complementa que, devido a situação atual dos portos, é contra o armazenamento e a favor da permanência da proibição. O Sr. Mario Bastos Ferraz de Mendonça, representante do Syndarma da bancada patronal, explica que a permanência de cargas perigosas e explosivas no porto se dão pela demora de sua liberação pelos órgãos anuentes e solicita que sua permanência seja permitida enquanto não for desembarçada. Sr. João Carlos Matar, representante da CNT, concorda e exemplifica que a operação de navio com carga perigosa em trânsito é permitida. O Sr. Sérgio Gianetto, FNP, diz que qualquer carga pode ser armazenada desde que haja controle dos riscos e pede tempo para refletir sobre o assunto. O Sr. Mário Mendonça, Syndarma, mais uma vez afirma que o empregador não deveria ser culpado ou até mesmo multado uma vez que depende da liberação dos anuentes. O Sr. José Adilson Pereira, representante da CONTTMAF, chama a atenção para não alterar a NR por uma situação que não podemos resolver, neste caso, a burocracia dos órgãos anuentes. Ressalta também a importância de ouvir o Exército. Ficou acordado, pela bancada dos trabalhadores, que irão se reunir para discutir o assunto. O Sr. Mauro José Rocha de Araújo, representante da Marinha-DPC, sugere encaminhamento de ofício ao Estado Maior do Exército em Brasília ou Ministério da Defesa, para representação na próxima reunião. O MTE ficou responsável por esse encaminhamento.

4. Avaliação Workshop – propostas para andamento das discussões

Iniciou-se a avaliação do Workshop sobre Trabalho em Altura realizado no dia anterior. O Sr. Mário Mendonça, Syndarma, representando a bancada dos empregadores, comentou que os trabalhos apresentados atenderam ao propósito, apresentando aos peritos presentes as dificuldades na aplicação da NR-35, assim como o que já está sendo aplicado, ressaltando a necessidade de verificar como essas operações são realizadas no exterior, principalmente com contêineres. Assim, para problemas semelhantes poderíamos copiar as soluções já existentes. Já as cargas gerais e de projeto são eventuais e não será fácil a adaptação à NR-35. Continua comentando que se espera a continuidade dos trabalhos enquanto se aguarda o Manual de Boas Práticas. O Sr. João Carlos Matar, CNT, sugere participação do INSS e Justiça do Trabalho na discussão, pois é difícil para os OGMOs considerar trabalhadores como inaptos. Neste caso, os trabalhadores avulsos poderiam colocar o OGMO na Justiça, e no caso contrário colocaria em risco o trabalhador escalado. Rosângela Ribeiro, MTE, comenta que se o OGMO cumprir a legislação não há o que temer na Justiça e sugere que o assunto deve ser levado ao Fórum de Saúde do Trabalhador Portuário em que a Previdência Social está participando. José Adilson, CONTTMAF, representando a bancada dos trabalhadores, ao comentar sobre o workshop, lastima não haver trabalhos apresentados da sua bancada e ressaltava a prioridade de resolver as relações de trabalho

através de convenções coletivas e que a partir daí os itens de segurança do trabalho seriam mais facilmente desenvolvidos. Salientou que as apresentações de ontem referem-se tanto a tópicos da NR-29 quanto da NR-35 não cumpridos até o momento. Reconhece que as questões portuárias são diferenciadas e por isso a importância dos peritos presentes. Comenta, inclusive, que o perito brasileiro já marcou visitas aos portos de Santos e de Vitória. Ficou claro para todos os custos de implantação da NR-35, não só em equipamentos, mas também devido ao aumento no tempo de operação. Espera-se que com as visitas técnicas internacionais novas soluções sejam propostas. Pela bancada do governo, O Sr. Antônio Carlos Garcia, FUNDACENTRO, comenta sua surpresa pela não aplicação da NR-29 em situações como a das pás eólicas, onde não há análise preliminar de riscos e que certas situações são de grave e iminente risco, independente da NR-35. Falta gestão no trabalho portuário e o operador portuário não deveria transferir responsabilidades aos OGMOs. Rosângela Mendes R. Silva, MTE, ressalta a importância do interesse das autoridades portuárias sobre o assunto e dos peritos em conhecer as atividades nos portos. Comenta que poderia se fazer algumas adaptações na NR-29 a fim de definir “atividades rotineiras”, incluir no Plano de Controle de Emergência o trabalho em altura e treinamentos específicos para portuários. Sugere aguardar a avaliação do Manual, para depois definir a necessidade de mexer ou não na NR-29 ou propor Nota Técnica a SIT para casos omissos. Demais presentes concordaram em esperar a divulgação do Manual. Rosângela, MTE, explica que em campo permanecem as exigências da NR-35.

5. Alteração Regimento Interno da CPNP

A coordenadora, Sra. Rosângela Mendes R. Silva, MTE, propõe a inclusão da Secretaria Especial dos Portos (SEP) na bancada do governo. Como está previsto duas vagas para o Ministério do Trabalho, este cederia uma das vagas para a Secretaria. Sem objeções das demais bancadas, a proposta foi aceita. É colocado em discussão o pleito da bancada patronal para outra vaga nesta comissão. Sérgio Gianetto, FNP, sugere também representação da administração portuária na bancada do governo. A Sra. Rosângela Mendes explica que o Ministério dos Transportes já é representado e que cabe a cada órgão definir seus representantes, os quais podem, inclusive, trazer consultores sobre assuntos específicos. O Sr. William Cady, FENOP, argumenta que gostaria de participar como membro e Tatiana Oliveira, da ABRATEC, salienta a necessidade de representação dos terminais portuários de contêineres também. Após várias discussões, a coordenadora ficou encarregada de fazer consulta a SIT sobre a possibilidade de incluir mais um representante das partes, semelhante a Comissão Tripartite Paritária Permanente, onde há seis representações para cada bancada.

6. Informes e outros assuntos

Inicialmente foi colocada em votação a data para a próxima reunião ordinária, que conforme planejamento deve ser em Itajaí na época do Congresso. Ficou acordado para o dia 17 de outubro pela manhã, sexta-feira, após o encerramento do Congresso. A data para a reunião em novembro ficou em aberto, devendo ser fechada na reunião de Itajaí. O Sr. Antonio Carlos Garcia, FUNDACENTRO, incentiva os presentes na divulgação do folder eletrônico do Congresso. O Sr. Mauro Araújo, DPC-Marinha, informa, para conhecimento dos membros da Comissão Permanente Nacional Portuária e dos presentes, que solicitou incluir, para discussão, o tema "o embarque de portadores de necessidades especiais em embarcações" junto à Comissão Permanente Nacional Aquaviária (CPNA). A inclusão desse tema é devido ao entendimento da Marinha de que esse assunto deva ser amplamente debatido por todos os segmentos envolvidos, tendo em vista que o embarque desses trabalhadores poderá por em risco a segurança não somente dos próprios, mas de todos a bordo. O Sr. Armando Moreira, Ministério dos Transportes, solicita registro em ata referente

a participação e dedicação do Sr. Guanito Prado A. Filho, FNP, que participava desta comissão desde a sua formação e que está se afastando. Oportunamente, disse ser bem vindo o novo representante, o Sr. Sérgio Magalhães Gianneto. Suas palavras são endossadas por José Adilson, CONTTMAF e por Rosângela, MTE. Dessa forma, houve acordo de todos do registro em ata da efetiva participação e colaboração do Sr. Guanito nos trabalhos desta comissão, agradecendo todo o empenho por ele demonstrado ao longo do tempo que esteve na representação da FNP. Rosângela agradece o consenso geral e encerra a reunião.